

A AGONIA DE BOLSONARO

O relógio jurídico que rege Brasília não atende a pressões das redes sociais nem ao coro verde-amarelo das ruas: ele caminha em compassos processuais, pauta-se por prazos de alegações finais e, quando muito, concede à defesa o intervalo de um feriado — nada além. Em março, o Supremo Tribunal Federal transformou o ex-presidente em réu por participar do núcleo que planejou anular as eleições de 2022; em julho, a Procuradoria-Geral da República pediu sua condenação por crimes que podem somar quarenta anos; e, para setembro, já está previsto o julgamento que definirá se o pesadelo de Bolsonaro será uma cela.

Nesse ínterim, Bolsonaro experimentava uma “prisão de Schrödinger”: livre o bastante para telefonar a manifestantes, mas confinado aos fins de semana por ordem do ministro Alexandre de Moraes. No dia 3 de agosto, falou por viva-voz em atos que vestiam a camisa da seleção como escudo e agitavam bandeiras dos EUA; do outro lado da linha, permanecia trancado em casa, vigiado até no plantio de suas hortaliças. A imagem tem força literária: é o Ulisses que insiste em bradar no convés, enquanto Argos — o cão de cem olhos da Justiça — já lhe fareja os calcanhares.

O amanhecer de **4 de agosto de 2025** parecia tão morno quanto qualquer outra segunda-feira candanga: vento discreto deslocando bandeiras na Praça dos Três Poderes, pardais tateando migalhas diante do STF. Mas bastou o relógio cruzar as nove horas para que o silêncio se rasgasse por uma notícia que já nasce histórica: o ministro **Alexandre de Moraes** transformou o lar do ex-presidente **Jair Bolsonaro** em cela vigilante, decretando-lhe prisão domiciliar.

Não foi um simples “fique em casa”. O despacho, firme como martelo de ferreiro, impôs tornozeleira eletrônica, veto a celulares — até de terceiros — e interditou visitas que não fossem de advogados habilitados perante a Suprema Corte.

A decisão veio temperada por busca e apreensão. A Polícia Federal atravessou o portão do condomínio em Brasília para recolher aparelhos e documentos, sustentada pela acusação de que Bolsonaro burlara cautelares ao falar — por interposto telefone — a manifestantes no Rio de Janeiro.

Num roteiro que parece desenhado pela pena de um cronista realista-mágico, o contra-ataque surgiu instantâneo. O filho, senador **Flávio Bolsonaro**, protocolou no Senado pedido de impeachment de Moraes — um lance de xadrez que, se não derruba o bispo, ao menos mostra o perigoso jogo de nervos entre Poderes.

Enquanto isso, o termômetro digital fervia: levantamento do instituto Quaest cravou **53 %** de mensagens favoráveis à prisão contra **47 %** contrárias, revelando um país dividido até nos silêncios do scroll infinito.

A crônica política brasileira — sempre dramática — ganhou mais um ato que dialoga tanto com **Getúlio Vargas**, isolado no Catete às vésperas do tiro, quanto com **Fernando Collor**, confinado à Dacha do Lago Norte depois do impeachment. Mas há diferenças simbólicas: em 2025, a casa não é refúgio; é vitrine. As câmeras orbitam a cada cortina aberta, em streaming indireto do que **Michel Foucault** chamaria de “prisão panóptica” dos tempos de rede.

Em termos romanistas — lembrando meu amor pela Antiguidade — trata-se de converter a *domus* em *carcer*: o espaço privado torna-se público, a intimidade vira território de Estado. É como se o velho instituto da “**custódia honesta**” medieval se reencarnasse sob tecnologia 5G.

Nos bastidores, juristas cochicham sobre o equilíbrio entre garantias constitucionais e a necessidade de preservar a instrução penal. Alguns evocam **Graciliano Ramos** em *Memórias do Cárcere*; outros preferem **Kafka** e seu processo que nunca termina. O fato nu, porém, é que a caneta de Moraes ganhou densidade de romance policial e peso de tratado constitucional.

No meu café vespertino, vejo nessa cena a metáfora de um Brasil que ainda negocia a fronteira entre autoridade e liberdade, entre memória e ameaça. A casa cercada de Bolsonaro, com suas janelas que não podem se abrir para a rua, lembra-nos de que a história se escreve nas paredes — e, às vezes, justifica grades invisíveis para que o amanhã não repita o ontem.

Fica, pois, este retrato literário de um dia que já transpira controvérsia e que futuramente pode ocupar o mesmo parágrafo de tantos sobressaltos democráticos tupiniquins. Se a crônica cumpre o ofício de capturar o instante antes que vire pedra na mão do historiador, eis aqui a moldura de 4 de agosto de 2025: um país dividido, um ex-presidente confinado, um ministro em foco, e nós, espectadores, redescobrimo que o lar nunca foi tão público.

Condenação à vista não se faz apenas de autos e despachos; constrói-se também na esfera simbólica. O bolsonarismo tentou empunhar a cruz do martírio — “perseguição!”, gritam —, mas a cada delator premiado surge um novo capítulo de romance policial em cuja capa se lê o nome do ex-capitão. A estratégia lembra Dom Quixote em sua fase final, quando o herói nota que a própria loucura foi narrada por mãos alheias; o destino já não lhe pertence.

Ainda assim, vale recordar que prisões de ex-chefes de Estado evocam dilemas clássicos sobre liberdade e poder. Michel Foucault, em “Vigiar e Punir”, observa que o suplício antigo se rendia ao espetáculo; a prisão moderna, ao contrário, retira o

corpo do palco para puni-lo na obscuridade. Bolsonaro, porém, vive uma variante híbrida: cada passo processual vira *breaking news*, cada medida cautelar, *trending topic*. É o suplício em *streaming*.

A defesa invoca o artigo 5.º, IV, da Constituição — a liberdade de manifestação que tanto prezamos —, mas descobre que a mesma Carta contém o artigo 5.º, XLIV: “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados contra a ordem constitucional”. Liberdade e responsabilidade, yin e yang republicanos, dançam num compasso que não admite dissonância.

Se a toada seguir o roteiro do Mensalão ou da Lava Jato, o veredito virá revestido de solenidade histórica: toga negra, voto lido em voz pausada, câmera aberta. Para além das grades possíveis, pesa o efeito-símbolo: a fotografia de um ex-presidente algemado é ato pedagógico poderoso — lembra à plateia que o Estado de Direito, ao contrário do mito da jabuticaba, não frutifica apenas no Brasil.

Nos salões palacianos onde um dia ecoaram motocicletas e orações de gabinete, resta agora o silêncio espectral das cadeiras vazias. Como disse Heráclito, “o tempo é uma criança que joga dados”; a diferença é que, desta vez, os dados já parecem carregados. Setembro se aproxima, e a ampulheta que mede o pesadelo vai estreitando o gargalo.